



EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NO CURSO DE PEDAGOGIA

FIGUEIRA, Sabrina¹; FONTOURA, Mariana Figueira², RECH, Rose Aparecida
Colognese³

Palavras-Chave: Educação. Inclusão. Escola. Conscientização.

INTRODUÇÃO

Diante da necessidade de compreender como a educação discute a questão dos temas transversais, mais especificamente a inclusão no ensino regular, o presente estudo objetivou ações práticas que possibilitaram uma sistematização de situações reais em uma aula de graduação do curso de Pedagogia da UNICRUZ. Essas ações promoveram momentos de conscientização e reflexões sobre as inúmeras diferenças que encontramos no cotidiano escolar. A educação especial é a modalidade de ensino destinada a educandos deficientes. São caracterizados como deficientes, pessoas com deficiências físicas e mentais, transtornos globais, altas habilidades ou superdotação. Os aspectos históricos que marcaram a evolução e o progresso das conquistas dos direitos das pessoas com deficiência devem ser abordados em uma perspectiva reflexiva.

Na antiguidade, em alguns países, os bebês que nasciam com deficiência ou pessoas que adquiriam algum tipo de incapacidade eram mortos e lançados ao mar. Durante a Idade Média, essas incapacidades físicas ou mentais ou más formações congênicas eram sinais de castigos de Deus. Os deficientes eram vistos como endemoniados e alucinados. No Brasil, o atendimento a pessoas deficientes teve início no século XX, foram criados locais que atendiam pessoas com deficiências. Esses atendimentos não visavam nenhum desenvolvimento educacional ou pleno do ser humano, e atendia apenas uma parcela da população.

Por volta da década de 50, o governo Federal assumiu o atendimento aos deficientes criando campanhas específicas para esse fim, isso após a declaração dos direitos universais. A

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia – Unicruz-Universidade de Cruz Alta – sabrinafiga@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Pedagogia – Unicruz-Universidade de Cruz Alta - marii_fonttoura@hotmail.com

³ Orientadora Prof.ª Rose Aparecida Colognese Rech - Universidade de Cruz Alta- rrech@unicruz.edu.br



primeira campanha foi instituída para a educação do Surdo no Brasil, CESB pelo Decreto Federal nº 42.728 de dezembro de 1957. Em seguida foram criadas outras campanhas, que com o passar dos anos foram sendo modificadas e melhoradas para atender os portadores de deficiências no Brasil. O que viria ser a luz da inclusão foi a Declaração de Salamanca em 1990. O texto que compõe essa declaração afirma o atraso de um passado de vergonha, e com isso começava a surgir a pedagogia da inclusão (ANTUNES, 2008).

O atendimento educacional especializado está assegurado em lei, no artigo 208 da Constituição Federal, que diz: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. A Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional 9394/96 (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), afirmam que é responsabilidade do professor garantir meios no qual o educando sintam-se incluído na turma, na escola. Ratifica através dos artigos 58 aos 60 da LDB e nos 53 e 54 da ECA, toda a assistência e educação aos deficientes garantindo Atendimento Educacional Especializado (AEE). A intenção maior de todas as leis e de todas as mudanças que foram promovidas ao longo da nossa história é estabelecer meios, na qual a escola seja capaz de adaptar-se as diferenças e que essas sejam facilitadoras de uma integração, na qual relacionamos capacidades diferentes em uma educação sem exclusão.

Definir a inclusão e principalmente vivenciá-la passa a ser um desafio e uma grande dificuldade para a escola, pois o preconceito, a falta de estrutura e principalmente a falta de formação do professor para atuar na diversidade são entraves na construção de uma escola e uma sociedade mais humana, acolhedora e inclusiva.

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa ação que se trata de um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com uma resolução de um problema coletivo, com abordagem qualitativa que “é uma sequência de reflexões e de relatos de experiências vividas pelo pesquisador em meio a outras pessoas (BRANDÃO 2003, p. 10)”.

O contexto da realização da pesquisa foi em uma turma do 4º semestre de Pedagogia Regular da UNICRUZ. Os instrumentos utilizados foram material teórico e dinâmico referente



ao tema proposto e um questionário para realização de debates sobre o que realmente foi entendido.

Inicialmente, foi entregue aos alunos do curso um questionário contendo questões sobre a educação inclusiva que possibilitou a reflexão antes da apresentação do tema. Na sequência, foi realizada uma exposição dialogada sobre o referencial teórico acerca da inclusão do aluno deficiente no contexto escolar regular e seus aspectos históricos até os dias atuais. Em seguida, foi possibilitado à turma um momento de vivência com um aluno com síndrome de Down, estudante de uma escola especial do município, que chamaremos pelo nome fictício de José.

As dinâmicas se deram de forma tranquila e receptiva por ambas as partes. José foi apresentado à turma, assim como os estudantes de pedagogia foram apresentados ao mesmo. Após as apresentações e discussões foram realizadas atividades como o telefone sem fio gestual, um vídeo com a música Família, dos Titãs, apresentado através da Língua Brasileira de Sinais e a dinâmica de vivendo às cegas.

Toda a turma participou ativamente da aula, inclusive José, que se comunicou com os estudantes durante as atividades promovidas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As relações estabelecidas durante as atividades propostas possibilitaram a turma vivenciar na prática ações reais de inclusão no ensino regular, bem como situações onde os mesmos tiveram limitações, possibilitando inúmeros questionamentos sobre a legislação, estruturas físicas das escolas, formação docente, enfatizando uma série de apontamentos que tornariam mais eficaz o processo de inclusão no ensino regular.

As atividades, com a participação de José, possibilitaram momentos de profunda reflexão entre teoria e prática, tendo como cerne as relações sociais, considerando que é na escola que ocorrem as trocas e a construção de saberes. Esse momento também possibilitou a conscientização e a desmistificação de preconceitos acerca do aluno incluído na escola, compreendendo a importância do desenvolvimento integral do educando com deficiência no ensino regular.

Dessa forma, a vivência e as discussões realizadas possibilitaram a compreensão que além de todos os argumentos que temos para incluir as pessoas deficientes, precisamos de professores que acreditem na educação inclusiva, que insiram esse aluno na turma não apenas



para corresponder às expectativas das leis e satisfazer as direções de escolas, mas que trabalhem o intelectual e consigam ultrapassar a velha educação exclusiva. Uma escola democrática educando para a cidadania (GOFFREDO, 1999).

CONCLUSÃO

O referencial teórico, as reflexões realizadas e a vivência e trocas do grupo de acadêmicos com José nos possibilitaram chegar a algumas considerações, que inclusão é um processo educacional que vem sendo discutido há décadas, por órgãos educacionais que tem o intuito de possibilitar ao deficiente acesso e direito ao atendimento educacional especializado e ao ensino regular, de forma humana, visando seu pleno desenvolvimento. Isso é assegurado a ele, porém no interior das escolas ainda temos processos deficitários.

As atividades realizadas possibilitaram que os alunos em formação do curso de Pedagogia, refletissem sobre o tema abordado, objetivando práticas educativas heterogêneas que possam tornar possível uma aprendizagem significativa para todos, independente de suas condições físicas, intelectuais e emocionais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. **Inclusão: o nascer de uma nova pedagogia**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

BRANDÃO, C. R. **A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho do educador**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF, 1988.

ECA - **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília. 2001. Disponível em <<http://www.degase.rj.gov.br/documentos/ECA.pdf>> acesso em 04 de set.

GOFFREDO, V. L. F.S. **Educação especial: tendências atuais**. Ministério da Educação, secretaria de educação à distância. Brasília, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Diretrizes Curriculares**. 2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6704-rceb004-10-1&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192> acesso em 05 set.